

O MARGINALISMO TARDIO DE MARSHALL

FERNANDO PEDRÃO*

Resumo

Uma leitura em retrospectiva da obra de Alfred Marshall revela a grande complexidade de um pensamento aberto à renovação da teoria, com uma noção implícita de dinamismo do sistema produtivo e com uma visão internacional do processo do capital.

Palavras-chave: Marginalismo; Organização industrial; *Business men*.

Abstract

When reading Alfred Marshall now one find a subtle and open mind thinker, open to economic dynamic an aware of the international woven of economic life.

Keywords: Marginalismo; Industrial organization; Business men.

LER MARSHALL HOJE pode ser um projeto extemporâneo que se divide entre uma tentativa fútil de revalidar um trabalho superado pelo progresso analítico da teoria e uma opção de aproveitar artefatos teóricos que ficaram fora de contexto. Outra justificativa para esse empreendimento pode ser a presunção de que a obra de Marshall contém contribuições genuínas ao desenvolvimento da análise econômica, que foram subestimadas ou simplesmente ignoradas por não corresponderem ao foco do debate dos anos subsequentes. Ficamos com a segunda opção, por entender que as leituras disponíveis de sua obra, inclusive por alguns de seus discípulos mais renomados, são curiosamente empobrecedoras e focalizam apenas nos aspectos formais e menos criativos de seu trabalho.

Como ponto de partida dessas reflexões, entende-se que há um marginalismo tardio, cujos principais expoentes foram Alfred Marshall e

* Doutor em Ciências Econômicas (Ufba) e graduado em Ciências Econômicas (Ufba). É professor da Universidade Salvador e presidente do Instituto de Pesquisas Sociais. <www.fernandopedrao.com.br>.

Knut Wicksell, no qual Marshall representa o ponto de inflexão dessa corrente de pensamento, revelando as diferenças entre a corrente inglesa e a austríaca. Pode-se acompanhar o desenvolvimento de contradições internas do marginalismo em Marshall, enquanto Wicksell aponta a rumos de desenvolvimento da teoria que só se completariam com a obra de Gunnar Myrdal. O distanciamento entre os rumos seguidos por Wicksell e por Marshall marca a separação entre uma teoria que procura sua legitimidade em uma análise formal do campo monetário e outra que quer se legitimar tratando da realidade prática da economia. O trabalho de Marshall completa o ciclo de uma inversão da teoria pura a uma teoria da prática. Torna-se uma teoria da indústria e da administração, enquanto a obra de Wicksell se reproduz como teoria pura e a inversão para uma teoria social aplicada só seria feita por Myrdal muito depois da morte de Wicksell, com seus estudos sobre os negros norte-americanos e sobre o sul da Ásia.

O problema de estabelecer uma ponte entre a especulação teórica e uma economia aplicada à solução de problemas concretos continuaria, e seria desbordada pela corrente keynesiana, onde o projeto de seu fundador seria uma economia monetária da produção. O campo keynesiano geraria sucessivas rupturas ou distanciamentos entre seguidores de Keynes que procuraram reformar as bases de uma teoria não marxista da acumulação, outros que aprofundaram o arsenal de análise estática do equilíbrio dinâmico e outros, ainda, que desenvolveram os aspectos de políticas públicas. Na segunda metade do século XX, identificam-se pelo menos três grupos de trabalhos com a mesma pretensão de serem neokeynesianos, assim como se encontram antagonistas de Keynes que se apresentam como seus herdeiros. Até o paretiano Hicks pretende “completar” a *Teoria geral* de Keynes (Hicks, 1972).

Marshall aparece na teoria econômica como um marginalista tardio em relação com Jevons e Menger e como aquele que levou a doutrina utilidade marginal a suas últimas consequências. Nesse movimento foi, por isso mesmo, o que fez vir à tona as contradições dessa doutrina no relativo a derivar uma análise de uma economia nacional de princípios microeconômicos e de utilizar referências de tempo em uma análise estática. Finalmente, por trabalhar com uma teoria da procura baseada em ajustes graduais decorrentes da realização de negócios que abrangem os diversos setores da economia, Marshall passa a utilizar um conceito de negócios, que envolve um conceito geral de organização e centra a atenção nas condições de qua-

lificação do trabalho nos diferentes setores da produção. Essa inversão do foco da teoria transforma sua análise teórica marginalista em uma análise prática da industrialização, com suas conotações tecnológicas, financeiras e administrativas.

Comecei a trabalhar com Marshall como uma derivação de um estudo sobre as *Teorias da mais valia* de Marx, que encerram uma disposição de ver com objetividade o transitório e o permanente na teoria econômica, separar estruturas e ideias, identificar pistas do desenvolvimento do corpo teórico. Trabalhar com Marshall pode ser uma excursão ao passado da teoria econômica e em condições em que ela perdeu suas referências políticas e culturais. No entanto, pode ser um exercício enriquecedor, no que funciona como uma recuperação de conceitos e de estilos de trabalho que foram contradições descartadas pela ortodoxia. Entende-se que a leitura crítica da teoria é um modo de fazer teoria, que registra as controvérsias, dissidências e ruas sem saída, perfazendo a imagem dos que diferem do pensamento oficializado. Uma inversão da leitura de Marshall na direção de seu tema predileto que a economia prática pode ter um efeito salutar de romper com a intransigência na leitura comparativa de autores com diferentes declarações ideológicas.

O marginalismo tardio de Alfred Marshall é a maior construção do conservadorismo vitoriano reformista em economia. A obra de Marshall representa um esforço de desenhar o funcionamento da economia enquanto um sistema combinado de produção, distribuição da renda e consumo, com uma definição dos fundamentos éticos e culturais do sistema, com suas transformações e implicações nas condições de vida das pessoas. É uma economia socialmente responsável, que se dispõe a oferecer uma guia para a modernização tecnológica com uma filosofia social de progresso da classe trabalhadora. Numa apreciação da obra de Marshall no fluxo da teoria econômica é preciso vê-la como parte do marginalismo com suas possibilidades analíticas e suas limitações, como expressão de determinado esforço de explicação do sistema capitalista e como contribuição a uma análise econômica aplicada. No primeiro desses três planos, Marshall se envolve em um emaranhado de argumentos sobre a formação social da demanda que o levaram a usar generalizações duvidosas sobre as empresas, junto com pressupostos sobre convergência de interesses entre capitalistas e trabalhadores. No relativo a uma explicação do sistema capitalista, há os aspectos de uma visão favorável do sistema, mas com a possível objetividade.

Finalmente, a contribuição de Marshall a uma economia aplicada supera em muito seus contemporâneos e alunos, com uma compreensão do sistema produtivo como uma combinação de indústria e comércio e com elementos de uma análise da economia internacional em compasso com as transformações objetivas do sistema.

Para Marshall o sistema econômico é uma combinação de funções que interagem e não uma lista ou um conjunto de setores. As funções interdependem de organização social e de tecnologia. Essa noção abre caminho para uma análise econômica baseada em inter-relações entre áreas de atividade em vez de identificar setores essencialmente diferentes, tais como supostamente agricultura e indústria, ou indústria e comércio. É consistente com sua compreensão de mercado como um ambiente de negócios e de alterações de mercado mediante movimentos graduais. Segundo ele, o comércio alavanca as condições de mercado para a expansão da produção industrial e esta depende da realização de negócios para vender seus produtos e adquirir suas matérias primas.

O gradualismo de Marshall está em franca oposição a sua definição como de análise estática, ou estática comparativa, que continua inerte perante os processos temporais. Veremos que o gradualismo da abordagem de Marshall envolve uma noção objetiva de tempo, que situa os ambientes de curto e de longo prazos como progressões independentes, entretanto, interagindo na montagem do que vem a ser antigo, novo ou renovado. A noção de renovação é fundamental. A possibilidade de o velho se tornar novo ou de que o novo surja velho (IT, PP>) precisa ser vista à luz dos preconceitos que cercam o trabalho teórico na periferia.

O tempo está carregado de experiências que tornam incomparáveis os diferentes tempos dos diferentes processos. É uma abordagem que aproxima a colocação dos grandes problemas da economia dos paradoxos de Zenon, que abre espaço para reflexões sobre a novidade de cada processo social em relação com seus antecessores e com seus colaterais. O tratamento do tempo é uma ideia recorrente, que se retoma repetidas vezes em seus dois grandes livros e que se revela essencial para determinar os comportamentos dos capitalistas e dos trabalhadores em suas repetidas e variadas relações. A insistência de Marshall em colocar os problemas da teoria econômica em termos de uma análise de negócios revela a distância entre a consistência lógica dessa teoria geral e a necessidade de uma consistência material quando se trata da gestão dos negócios.

Descaminhos cruzados

Em torno a Marshall desenvolveu-se uma simplificação reducionista, representativa dos pontos de vista empiristas e pragmáticos, que predominaram no ambiente acadêmico da Grã Bretanha e dos Estados Unidos. O foco em objetividade significou objetivização de conceitos, mas não uma relação direta com a prática social. Leu-se Marshall apenas como o autor de uma teoria marginalista da demanda, responsável de uma defesa do capitalismo como um sistema social inevitável, cujos efeitos sociais negativos podem ser minorados mediante uma ética que se coloca acima dos interesses individuais dos capitalistas. Centrando suas atenções nessa parte do trabalho, a ortodoxia produziu uma leitura parcial e tendenciosa de sua obra, que se torna apenas um exercício formal de um marginalista politicamente ingênuo. Para Schumpeter, Marshall seria apenas “um reformista vitoriano”. O Marshall que surge das leituras convencionais dos livros de história do pensamento econômico é apenas um teórico tardio do marginalismo, cuja obra não é muito mais que um aperfeiçoamento técnico da leitura clássica tardia de John Stuart Mill, que tampouco se distingue muito de Menger e Böhm-Bawerk.

Depois de uma influência predominante na economia britânica, durante as décadas entre a unificação da Alemanha e a Primeira Guerra Mundial, sua influência se afirmou, quando a teoria econômica se encontrava em uma crise de identidade, com o aparecimento de um poder continental decisivo na Europa continental, com o socialismo nacional da União Soviética e com a constituição do poderio imperial norte-americano, surgiam as rachaduras no processo da teoria que indicavam a necessidade de renovação. O significado ideológico da obra de Marshall está identificado com a defesa da versão do capitalismo representada pelo Império Britânico, que deixava de ser o centro mundial do poder do capital. Certamente ela fez esse papel, que ficou historicamente datado e concluído.

Na controvérsia entre colocá-lo como marginalista tardio ou como fundador da corrente neoclássica, prefiro a primeira dessas opções, pelo menos, por considerar que ele avançou no sentido contrário ao dos neoclássicos, tanto por definir variáveis como processos como por sua aderência a uma análise histórica prática da economia e da administração. Além disso, Marshall se diferencia de todos os outros autores da corrente

de pensamento marginalista por sua identificação com o real concreto imediato da economia, pela responsabilidade social e pelo modo como ela se realiza em diversos países. Considerava-se um continuador e aprimorador do pensamento de Ricardo e de Mill, mas estabeleceu novos caminhos de análise aplicada que se precisa mapear para avaliar adequadamente a importância de sua obra. Revelou-se, como precursor em diversos dos campos da prática da economia moderna, especialmente no relativo à economia industrial, ao desenvolvimento da economia internacional, ao manejo de tecnologia e de financiamento no mundo dos negócios. Combinou uma dedicação à análise na perspectiva de negócios com uma genuína preocupação com a renda e a situação social dos trabalhadores.

Desde sua posição ortodoxa, Marshall representa uma contradição essencial entre o sentido prático da análise econômica e a opção por uma abordagem subjetivista que fundamenta a formação do conhecimento no campo social na esfera individual, e as possibilidades de transformação no contexto internacional dependem de capacidade e de decisão para aproveitar os recursos disponíveis. Trabalha com uma visão de convergência entre os interesses do capital e a formação da renda dos trabalhadores, pelo que rejeita a crítica social representada pela teoria do valor trabalho e da mais-valia, optando por considerar científico esse subjetivismo que reduz a formação do conhecimento à esfera individual. Com isso, opta por considerar a abordagem subjetivista como compatível com a visão prática da economia. Marshall faz profissão de fé positivista, como veremos adiante, apoiando-se em Spencer e Comte. No entanto, à parte dessas contradições, representa um grande acervo teórico que deve ser avaliado em sua riqueza temática e em seu sentido prático.

O paralelismo entre Marshall e Keynes foi construído por este último, que, além de ter sido aluno de Marshall, procurou construir sua própria abordagem teórica sobre uma leitura dos antecessores alternativa à feita por Marshall.¹ O primeiro procurou apoiar-se nos Fisiocratas e nos Clássicos, enquanto o segundo se apresentou como uma ruptura com eles, apesar de seus fortes vínculos com Malthus e com o próprio Marshall. Além disso, são duas propostas de teoria apoiadas em pressupostos e

1 Não se pode omitir o esforço de análise comparativa de Joan Robinson, que coloca Marshall frente a Marx e a Keynes, com um favorecimento da contribuição de Keynes à teoria da demanda, mas omitindo o dado essencial da diferença entre a postura de Marshall, equidistante de interesses econômicos e a de Keynes alinhada com os interesses do capital bancário (Robinson, 1959).

objetivos diferentes. Keynes apresenta sua *Teoria geral* como uma superação da teoria sustentada por Marshall e oferece como vantagens sua teoria da demanda efetiva e sua visão monetária da economia. Mas há boas razões para considerar que o movimento keynesiano, que representa a adoção do ponto de vista do capital financeiro como ordenador da análise econômica, não oferece uma explicação do sistema produtivo em seu conjunto, nem em setores menos ainda em regiões e cidades. A relação geral entre produção e uso de dinheiro foi posta de lado por uma teoria organizada na perspectiva do capital bancário.

Fica em aberto uma disputa sobre o verdadeiro significado de Marshall no desenvolvimento da teoria econômica em geral e através de sua visão marginalista. Está claro que Keynes pretendeu apresentar uma teoria monetária da produção, enquanto Marshall representa uma teoria industrial do sistema social da produção. Falta adicionar outro elemento fundamental, que é a diferença entre a teoria socialmente orientada de Marshall e a teoria dos interesses do capital financeiro de Keynes.

É preciso distinguir pelo menos quatro aspectos em que a obra de Marshall é importante para uma economia aplicada atual e para uma economia com visão social, que são: (a) sua percepção de gradualismo e de equilíbrio temporário, com suas repercussões em uma teoria da demanda; (b) sua contribuição à análise econômica da indústria; (c) sua abordagem da economia a partir da visão de negócios, que permite equiparar os movimentos de capital e de trabalho entre agricultura e indústria; e (d) a interação entre localização de indústrias e urbanização. A contribuição de Marshall hoje se vê mais pelo trabalho sobre a indústria, mas procuraremos mostrar aqui que há um legado igualmente importante no relativo ao tratamento da economia capitalista como um ambiente de negócios, além de um considerável trabalho sobre a distribuição social da renda. Em todos esses campos ressalta-se que várias de suas ideias, inclusive sobre inovação, foram, por alguma razão, atribuídas a outros autores, como Schumpeter, ou utilizadas por outros como Keynes.

Surpreende a falta de textos significativos em nosso meio sobre a obra de Marshall, dada sua importância no arsenal teórico da grande teoria, como denominou Shackle, especialmente, agora, quando há um ressurgimento banalizado de algumas de suas ideias² e quando há muitas

2 De repente, encontra-se que algumas das ideias de Marshall são apresentadas como de Schumpeter ou são perfilhadas pelos chamados neoschumpeterianos.

mais razões para opor uma economia de sentido prático à abstração reducionista da análise neoclássica. Com a influência das declarações anti-Marshall de Keynes perdeu-se de vista que se trata de abordagens variantes de representação dos interesses do capital, descartando o que há de marshalliano em Keynes e o que há de pós-keynesiano em Marshall. Diluíram-se as críticas deste último ao cerne do marginalismo, que insiste em encerrar a problemática do trabalho no contexto da utilidade marginal. Em ensaio penetrante Joan Robinson (1961) lança elementos de comparação entre Marshall e Marx à luz do sentido histórico de prática dominante em ambos.

Com a declaração de princípio de que a análise de Marshall é estática perdeu-se o significado de seu tratamento do problema de tempo em suas várias expressões, em termos de prazos, de duração dos investimentos e, principalmente, sua noção de que o sistema econômico se desloca gradualmente. O gradualismo é uma percepção do objeto de análise que envolve tempo de modo essencial, qualificando o significado dos deslocamentos de variáveis. O tratamento do tempo e das condições concretas em que operam as empresas constitui um alicerce sólido para uma análise da indústria. Diremos que as principais contribuições de Marshall estão em aspectos que são colaterais na estrutura de seu trabalho, mas que qualificam sua teoria da procura.

O interesse atual por Marshall no contexto de uma Economia Política crítica sem compromisso algum com o poderio inglês nem como o norte-americano tem outra explicação, por valorizar os aspectos universais de interpretação do capitalismo. A contribuição de Marshall se reativou, então, primeiro por conta de propostas de política, tais como de vantagens de aglomeração e de distritos industriais, que supostamente vêm de suas ideias, mas representam um grave equívoco em relação com sua compreensão do componente qualitativo do sistema de produção; segundo, com sua noção de internalização de mudança na economia. Marshall pode ser criticado pelo que disse, mas não pelo que se lhe atribui por erro ou pelo que não se lhe reconhece.

Alfred Marshall (1842-1924) foi, essencialmente, um intelectual consistente com seus princípios e vem a ser o principal economista representativo da corrente marginalista inglesa — herdeira do empirismo de Locke — e responsável das principais ideias que nortearam a análise industrial. Pode ser considerado como o máximo representante de uma abordagem prática da economia burguesa do capitalismo. Uma das principais razões

de uma leitura crítica de sua obra surge do contraste de sua teoria, fundada na prática, comparada com o desenvolvimento da doutrina de Keynes, que se reduz à visão monetária do sistema produtivo ou à visão neoclássica, que troca o sentido de realidade por uma consistência formal de aplicabilidade indefinida. Nas diferenças entre esses sacerdotes do Império Britânico, encontra-se uma presunção de que a prosperidade do sistema de poder econômico é boa para todos que são incluídos em sua esfera de influência e que a continuidade do sistema de poder é historicamente necessária. O significado da ascensão do poderio norte-americano foi plenamente percebido por Marshall, que situou acertadamente a importância dos deslocamentos da fronteira de ocupação como mecanismo que gerou uma nova composição de capacidade produtiva, assim como percebeu a importância da recepção de imigrantes qualificados, que deu aos EUA uma vantagem desconhecida na Europa. Registrou as diferenças estruturais do modelo norte-americano, especialmente no relativo à formação de um mercado de trabalho que foi fortalecido pela imigração de trabalhadores qualificados.

Marshall trouxe importantes avanços à teoria da demanda, no que introduziu escalas de tempo e uma noção de deslocamentos progressivos que não foi absorvida ou que foi rejeitada pela estática neoclássica. Assim, longe de procurar elementos de continuidade entre os marginalistas e os neoclássicos, passamos a ver como e de que forma foram introduzidas simplificações conceituais na análise econômica que não estão justificadas pela realidade. Representa, acima de tudo, uma abordagem de bom senso na perspectiva dos capitalistas: o capital se manifesta através da realização de negócios. Seguindo as pegadas de Shackle (1967), podemos entender que Marshall estabeleceu linhas de trabalho para o desenvolvimento de uma teoria econômica do mercado que estão incorporadas, inclusive, por seus críticos como Keynes. Também está claro que Marshall representa o ponto máximo e uma transição interna do marginalismo, que se percebe das diferenças entre seus *Princípios de economia* e em seu *Indústria e comércio*, onde as condições de monopólio entram em contradição com a concorrência. Superficialmente, trata-se de uma teoria industrial da produção, que se compara desfavoravelmente com a tentativa de uma teoria monetária da produção de Keynes. Na prática, em sua abordagem dedicada a viabilizar o funcionamento do capitalismo, levanta grande número de temas que ficaram fora do horizonte de análise do grupo keynesiano.

No entanto, no quadro da economia conservadora contém uma teoria real do capital, que se coloca em um plano histórico muito mais abrangente que a abordagem de Keynes, que ficou restrita às determinações do capital bancário e se autoexcluiu da heterogeneidade do processo geral do capital. Também sua visão de uma continuidade entre indústria e comércio em função da realização de negócios constitui um antecedente que não foi adequadamente reconhecido por teóricos mais recentes, como Ronald Coase, que fundamentam sua abordagem em custos dos negócios. Finalmente, a abordagem de uma leitura prática da economia, isto é, de uma teoria derivada de observações diretas do funcionamento real da produção coloca Marshall como um marginalista prático, isto é, que oferece referências para uma análise de economia aplicada, com uma crítica do uso de abstrações simplificadoras que o coloca perto de Oskar Morgenstern. Longe de uma revisão saudosista dessa análise que Keynes rotulou — indevidamente — como clássica, trata-se de avaliá-la reduzindo a crítica simplificadora do grupo keynesiano a suas devidas proporções. Veremos que essa ressalva se aplica especialmente no relativo ao tratamento da economia internacional, em que a abordagem prática de Marshall atenta ao desenvolvimento da capacidade dos países para ampliarem sua participação nos negócios internacionais, através da diversificação do seu sistema produtivo, constitui uma contribuição mais adequada às condições do comércio internacional nos seus sucessivos movimentos, depois da segunda guerra mundial.

Neste estudo, doravante as citações a Marshall são feitas a *Principles of economics* (PE) e a *Industry and trade* (IT).

Ética e teoria do valor

A teoria econômica se organiza sobre uma teoria do valor que trata do valor social, isto é, daquele que é reconhecido pela sociedade. Marshall e Marx coincidem em negar valor gerado na esfera da individualidade. Anos depois, Mannheim dirá que não há pensar estritamente individual. A teoria do valor utilidade enfrentou-se com esse problema e com a correspondente necessidade de estender a ponte entre o valor percebido individualmente e o realizado socialmente. A identificação do fundamento ético da economia é o momento em que as valorações individuais se veem em suas raízes sociais, quando o individual se vê como um derivado de um

coletivo. O fundamento ético do marginalismo de Marshall estabelece a linha equinocial do desenvolvimento da teoria. Será uma busca de resultados instrumentais para servir ao capital ou será uma referência de como o capital deverá prestar contas à sociedade? A questão aqui é que a postura ética de Marshall tem consequências específicas no desenvolvimento da teoria.

O fundamento ético leva a uma sucessão de opções, ao longo da teoria pura e da aplicada. Trata-se de uma filosofia social cuja contribuição ele pretende aprimorar, começando com sua rejeição da teoria do valor trabalho, sua posição contrária à teoria da mais-valia, em princípio porque alega que o valor criado pelo trabalho só se realiza mediante o uso de maquinaria e de organização que são colocadas pelos capitalistas. Noutras palavras, as relações de classe são desiguais, mas não se pode negar que os riscos incorridos pelos capitalistas e sua iniciativa de produzir garantem sua posição. Nesse contexto, coloca-se sua preferência por formas cooperativas de organização. A concorrência para ele é um mal inevitável: “Se a concorrência for comparada com cooperação enérgica em trabalho não egoísta pelo bem público, mesmo as melhores formas de concorrência são relativamente más, enquanto as formas mais ásperas e duras são odiosas” (Marshall, 1967, p. 7).

Alega Marshall que o valor criado pelo trabalho só se realiza mediante o uso de maquinaria e de organização que são colocadas pelos capitalistas, onde ambas são instrumentais para ensejar a criatividade do trabalho. A primeira parte dessa argumentação se rebate com a compreensão de que a maquinaria é sempre trabalho anterior.³ Fica em aberto a questão relativa à organização, que é um tema que aparece sob explicações contrárias em Marx e nos marginalistas, mas que é onde os marginalistas têm um argumento, onde se associa a originalidade da organização com o risco assumido pelo capital.

Isso acontece porque trata com pessoas concretas e não com abstrações. Não se trata de uma teoria abstrata do consumo, mas de uma teoria voltada para as condições sociais de vida das pessoas ligadas às rendas do trabalho. O objetivo de ampliação da mobilidade social dos trabalhadores é parte integrante dos objetivos da economia. Há uma preocupação com a distribuição da renda — ausente em Keynes — onde a individualidade se vê como parte de uma coletividade (Marshall, 1967, p. 35). O eixo central

3 Torna-se aqui necessária uma distinção entre trabalho anterior e trabalho morto, porque esse trabalho anterior metamorfoseado continua parte integrante do conjunto produtivo.

desse discurso teórico é uma teoria da demanda formada a partir de uma teoria do valor derivada da utilidade marginal, na qual, entretanto, se considera que todo o quadro de utilidade pode se deslocar segundo flutue o sistema de preços.

Marshall parte de um quadro de vontades (*wants*), cuja composição corresponde sempre a um dado momento do sistema produtivo, que não se resolve com o conceito de necessidades (*needs*), em que as vontades que se materializam em demanda evoluem junto com a diversificação do sistema produtivo e contêm vontades saciáveis ou utilidades decrescentes e vontades que se encontram com rigidez do sistema e se tornam custos crescentes (Marshall, 1967, p. 78). A diversificação é um impulso concreto que se forma sobre diferenciações de qualidade e que toma a forma de alterações nas opções de negócios.

A qualificação dos trabalhadores é um elemento essencial, que deve ser colocada frente a requisitos objetivos de trabalho qualificado, por sua vez decorrentes da organização da produção. Como se trata da produção em sociedades avançadas, isto é, a Inglaterra, Marshall considera que a organização vem a ser um fator de produção que qualifica o conjunto de terra, capital e trabalho.

Os dados do cotidiano são fundamentais para ele. Segundo Alfred Marshall, a ciência econômica se forma a partir de observações do cotidiano, pelo que a teoria mais avançada espelha a percepção do sistema mais desenvolvido (Marshall, 1967, pp. 41-5). As necessidades⁴ das pessoas (Marshall, 1967, pp. 73-5) estão objetivamente situadas nas condições de diversificação do sistema produtivo, mas compreendem as condições ideológicas da diversificação do consumo, em que ele admite que o desejo de *status* pode superar a percepção das opções numa relação entre renda e consumo.

A teoria do valor surge de um quadro de utilidades marginais para os indivíduos, pelo que o valor em sociedade depende de alternativas de uso dos mesmos bens, isto é, das condições objetivas da economia em um e outro sistema. Mas a análise da esfera individual fica indeterminada, porque não há continuidade entre a lógica dos interesses das pessoas e o da sociedade. Fica em aberto resolver como esse enquadramento microeconômico da relação entre utilidade e renda vai se refletir na economia nacional em seu conjunto. Marshall deixa praticamente subentendida — em aberto

4 Alfred Marshall usa a expressão *wants* que significa vontade e não usa a expressão *needs* = *necessidades*. Tampouco parece correto traduzir como desejos, que seria *wishes*.

— a delimitação da economia nacional. Também assume que o quadro de utilidade se desloca com alterações de eficiência do sistema produtivo.

Marshall oferece diversas conceituações parciais de empresa, que essencialmente convergem à de negócio, portanto, indiferenciadas entre diferentes ramos de atividade. O capital faz negócios através de empresas. Mas deixa diversos pontos pouco elaborados, inclusive sua noção de empresa representativa, que, finalmente, é uma empresa média em um dado contexto de empresas e capaz de captar com eficiência as diversas vantagens ao seu alcance.

O tratamento do relativo a mercado certamente é fundamental, mas tem diferentes funções no corpo da teoria. Para Marshall, mercado é o ambiente de negócios em um equilíbrio temporário de oferta e procura e deve ser observado segundo os elementos que são transitórios. Distingue-se o equilíbrio de oferta e demanda normais, dado que há operações intempestivas que se distanciam da normalidade. O processo do equilíbrio tem de ser colocado no tempo real das operações produtivas. Justamente, essa percepção do significado do tempo, com prazos de produção, confere a Marshall maior abrangência conceitual que a Keynes. Se, como diz Shackle, o movimento de integração do corpo teórico da teoria da utilidade marginal se confrontou novos argumentos do ambiente mundial, da década de 1920, é preciso ver a sincronia entre o discurso da teoria e o rumo da economia mundial.

Os argumentos desenvolvidos nos *Princípios* levam a ver o movimento do sistema — nacional — como referenciado por uma combinação de tendências de rendimentos crescentes e decrescentes. Cabe citar um parágrafo:

O argumento geral deste livro mostra que um aumento no volume agregado de produção de qualquer coisa geralmente incrementará o tamanho, portanto, as economias internas possuídas por uma empresa representativa; e isso sempre aumenta as economias externas a que ela tem acesso, habilitando-a a produzir com um custo proporcionalmente menor de trabalho e sacrifício que antes (Marshall, 1967, p. 265).

Adiante, Marshall apreciará o progresso do sistema produtivo em termos do progresso social da classe trabalhadora, sempre dentro dos padrões estabelecidos e conduzidos pela sociedade do capital como um elemento necessário da preservação do sistema.

Escopo e método em economia

O tratamento da questão de método não está apenas onde os autores declaram, mas onde eles enfrentam problemas específicos de método na construção e na aplicação de sua teoria. Seu significado tampouco está explícito. As opções de método do campo do marginalismo dividem-se entre as positivistas austríacas e as empiristas inglesas, coincidindo todas em pressupor que o objeto de estudo é um corpo teórico que insubstituível, porque trata de um sistema que pode ser aperfeiçoado, mas que não está sujeito a mudanças básicas. Serão sempre mudanças no sistema, porém jamais serão mudanças do sistema.

As diversas referências alinhadas por Marshall para sustentar suas opções de modo de trabalhar têm o efeito contrário de mostrar inconsistências entre as soluções no plano dos conceitos, especialmente no relativo à utilidade marginal, e as condições de operacionalização da análise, que o levaram ao mundo da economia aplicada. Fundamentar a teoria do valor na utilidade significa tomar escalas individuais de valor, mas não garante que a análise em seu desenvolvimento seja ou permaneça micro-econômica.

Na identificação da relação entre teorização e método cabe ficar com Schumpeter quando diz que Marshall se coloca como um continuador de Adam Smith e, diremos, com escassa ou nula aproximação com os marginalistas que o precederam. Em um importante anexo de *Principles of economics*, tal como fizera John Neville Keynes — com um título de livro semelhante — Marshall considera que uma teoria unificada do campo econômico e do social em geral é um objetivo desejável, mas inatingível. Para ele, no campo social, a explicação do mundo atual e as previsões são diferentes e incompatíveis. Mas toma uma posição audaz no que prega o valor do bom senso como meio de formação de conhecimento, entrando em franca colisão com as correntes do racionalismo científico e com o positivismo em economia. “O olho não treinado pode contribuir em muito para o progresso do conhecimento científico, mas só percebe os aspectos superficiais” (Marshall, 1967, p. 638). Encontra-se aí mais uma contradição entre sua profissão de fé positivista e sua prática empirista. A rigor, Marshall não distingue claramente entre o positivismo evolucionista de Spencer e o positivismo organicista de Comte.

Pode-se dizer que o tratamento dado por Marshall ao problema de método é experimental, no sentido de que configura uma aproximação progressiva baseada em incorporação de experiências e revisão constante das experiências já incorporadas. Registra sistematicamente informações operacionais do sistema e extrai observações sobre as quais se fazem generalizações progressivas. Assim, as extensas representações formais que se encontram como rodapés dos *Princípios de economia* sustentam os conceitos teóricos usados, enquanto as observações de *Indústria e comércio* mostram a relativização das generalizações conceituais.

Ao ver o sistema produtivo de hoje como um produto de uma evolução de práticas e de experiência acumulada (capítulos III e IV), Marshall (1926), focaliza nos elementos de continuidade do sistema produtivo que enquadram as inovações, vendo-as como resultados compatíveis com a qualificação incorporada no sistema e não como eventos isolados. A qualificação é dinâmica e está ligada à funcionalidade. Para Marshall, o progresso do conhecimento aumenta espaços de certeza, ao mesmo tempo em que desenvolve a consciência da ignorância. A qualificação do trabalho ocupa um lugar central na formação do capital e da capacidade produtiva, na trajetória secular do risco. O fundamento da economia industrial moderna deve ser procurado no processo combinado de qualificação do trabalho e de especialização do capital e com os estímulos da formação do grande sistema colonial que constituiu a base da expansão do mercado mundial. O ponto fraco dessa abordagem é sua incapacidade para tratar com rupturas, estruturais ou incidentais, do sistema, que compreendem aspectos técnicos e institucionais, sobre os quais essa abordagem experimental é inoperante.

Primeira aproximação à teoria da produção

Supõe-se que Marshall não tem uma teoria estruturada da produção, mas o que se encontrar é que o encaminhamento das condições de funcionamento dos agentes de produção compreende propriedades de cada um deles e do conjunto. A produção se realiza mediante um sistema que se organiza a partir de condições de aproveitamento de recursos físicos e de uma força de trabalho denominada por sua qualificação e que funciona segundo regras que se definem a partir dos usos do solo e da organização da produção industrial. Agricultura e indústria são acionadas por negócios.

A realização dos negócios consulta custos de produção e movimentos de valorização de ativos. Nos primeiros, prevalecem as regras básicas de rendimentos decrescentes e custos crescentes e as estratégias de internalização de economias externas. A indústria assume a liderança na movimentação do sistema produtivo, porque é desde a perspectiva industrial que se podem definir negócios que envolvem os demais setores, isto é, a agricultura e o comércio. Essa abordagem da produção torna logicamente necessário o desenvolvimento de uma teoria da indústria e da administração dos negócios.

A partir de um quadro de necessidades historicamente definidas, em que há necessidades que devem ser satisfeitas, surge que é preciso produzir, pelo que é preciso criar uma teoria da produção. A sociedade produz bens com diferente funcionalidade, que são bens de consumo e bens de produção. A capacidade de produção da sociedade depende do modo como eles se combinam. A classificação de bens de consumo, bens de produção é o primeiro passo para uma teoria da produção que parte de uma distinção entre o conceito de capital em geral e a especificidade da capacidade instalada de produção e prossegue com uma relação entre a capacidade instalada e a composição do produto. Segundo a visão progressiva da produção esposada por Marshall, a composição dos bens de produção é funcional à capacidade instalada e predetermina a produção de bens de consumo. A produção não só é datada como é parte de uma cadeia de possibilidades técnicas e de oportunidades econômicas que aparecem ante os homens de negócios como opções para aplicação de seu capital.

Seguindo a pista de Adam Smith, Marshall trabalha com a relação entre a necessidade de aplicar o capital e um quadro de escolhas de aplicação, referenciado, primeiro, pela capacidade de internalizar economias externas e, depois, pela combinação de custos crescentes e rendimentos decrescentes. A teoria da produção para Marshall é uma explicação da função produtiva da empresa, que torna necessário resolver os problemas conceituais de uma função representativa da configuração técnica atual do sistema e de uma função representativa da acumulação de capital. Pode-se entender que essa seja a explicação de ensaios de Joan Robinson sobre esses temas.⁵

Mas a teoria marshalliana da produção está ancorada em pressupostos de espaços de tempo entre os sinais de mercado e as reações dos homens de negócios e intervalos de tempo entre os processos de produção e a reali-

5 Joan Robinson. The production function and the theory of capital e Accumulation and the production function. *Collected economic papers*, vol. II. Oxford: Basil Blackwell, 1964.

zação da renda. O gradualismo de Marshall envolve uma noção operacional de tempo que se perdeu na análise de Keynes.

A formação da teoria da procura

Utilidade e valor

O marginalismo gira em torno de uma teoria do valor construída sobre a noção de utilidade, que é o indicativo de satisfação individual. Supõe que os preços que se paga por algum bem representam graus de satisfação, pelo que o excesso de satisfação sobre os preços é um excedente do consumidor. Será preciso explicar, primeiro, se essa satisfação podia ser inferida antes da produção dos bens em causa e, segundo, se os graus de satisfação são invariantes para cada bem, ou se a satisfação pode variar os mesmos bens em diferentes situações de consumo, tal como pode acontecer com objetos que são tecnicamente superados apesar de que suas funções poderiam ser executadas do mesmo modo que antes, como máquinas elétricas de escrever ou aparelhos de *fax*. Para Marshall, entretanto, a utilidade marginal não é universalmente confiável, porque corresponde a certas situações de preços pelo que a satisfação pode não se revelar imediatamente, dado que há casos em que não se dispõe desse bem a preço algum (Marshall, 1926, p. 107). As restrições que surgem à universalidade da validade da utilidade vêm de que as vontades de consumir mudam junto com a diversificação do sistema de produção, do que decorre a necessidade de construir um quadro de utilidades relativas distribuídas sequencialmente no tempo.⁶

A novidade do trabalho de Marshall, no contexto do marginalismo, é que para ele a teoria do valor está impregnada de imprevisibilidade e irracionalidade. Primeiro, porque parte do excedente do consumidor, que é um conceito que descreve ganhos inesperados que separam e se diferenciam da lógica do consumo guiado por usos racionais de renda disponível. Segundo, porque considera que em todos os níveis de renda há maus usos de renda, tanto na forma de desperdícios como por simples esbanjamento. O excedente do consumidor é uma vantagem de oportunidade, mas que se

⁶ Entende-se que a proposta de análise mediante curvas de indiferença é uma tentativa de responder a esse desafio da teoria, mas a formulação apresentada adiante por Hicks das curvas de indiferença em *Valor e capital* (1947) é completamente estática e não responde a esse desafio. Não tem muito sentido o argumento de Hicks de que a opção por uma formulação estática é apenas evitar complexidades formais em um assunto que se esclarece cabalmente na fórmula estática.

configura frente a uma procura “normal” que implica eficiência “normal”, que, por sua vez, é um conceito extraído de um ambiente definido por técnicas básicas universalmente conhecidas e usadas, contra as quais surgem possibilidades atípicas de eficiência.⁷

Tacitamente, isso significa reconhecer que há situações de escassez absoluta que não são simples desvios de escassez relativa, mas que não podem ser expressos pelas comparações relativas.⁸ Encontra-se aí um argumento decisivo contra a possibilidade de trabalhar todas as situações do sistema em torno de escassez relativa. É uma observação contraditória com a insistência dos marginalistas de continuarem a buscar soluções de escassez relativa, que constituem a base de premissas que permitem trabalhar com a teoria da utilidade marginal. Nesse mesmo capítulo estratégico sobre valor e utilidade (Marshall, 1926, cap. VI), Marshall transfere o argumento da utilidade individual para o meio social sem introduzir qualificações do coletivo (Marshall, 1926, p. 108), aparentemente inaugurando o que se tornaria um erro generalizado assumido adiante como opção metodológica pela corrente neoclássica que deixou de questionar os fundamentos empíricos de suas generalizações, tal como fez Hicks ao tomar os processos de demanda como situações separadas do tempo.

Procura e utilidade

O livro V dos *Princípios* contém o miolo da teoria da procura, que na verdade é a uma teoria do equilíbrio temporário, sustentado pela procura “normal”. A noção de equilíbrio temporário pressupõe tempo. A demanda para Marshall é algo historicamente concreto, que não pode ser tratado no estilo abstrato de Jevons. Ela interdepende da utilidade que, por sua vez, se identifica com situações concretas de vontade de consumir. Nada tem em comum com a conceituação neoclássica posterior de uma demanda genérica. Por isso, trata-se realmente de um estudo da formação da demanda, no qual se contrapõem vontades individuais e efeitos coletivos,

⁷ Há uma semelhança surpreendente entre os conceitos de normal e não normal em Marshall e os conceitos de ciência normal e anomalias na concepção de ciência em Thomas Kuhn, em seu *Estrutura das revoluções científicas* (1967). Tudo que é repetitivo fica por conta da normalidade e tudo que é inovador se atribui ao que não é normal, que pode ser visto como anomalia ou pode vir do componente de inesperado do sistema.

⁸ Esse ponto foi exaustivamente explorado por Marx no Livro I de *O capital* em sua comparação de valor relativo e equivalente. A equivalência surge em um dado momento de desenvolvimento e de compartilhamento da tecnologia dos diversos grupos sociais.

distinguindo os diferentes efeitos da demanda de bens e serviços essenciais (*necessaries*) na composição da demanda em seu conjunto.

Numa incursão conceitual de extrema importância para a teoria do desenvolvimento, Marshall distingue ciclos de demanda, que correspondem a momentos do desenvolvimento do sistema de tecnologias. Para ele a teoria da demanda contempla uma elasticidade da demanda, que é acionada por aumento da diversidade do sistema produtivo e por vontade de se distinguirem dos consumidores (Marshall, 1926, livro V, cap. III). A elasticidade é a sensibilidade a preços, que varia segundo o nível de renda e os hábitos de consumo. Mas ele percebe que há uma armadilha na própria expansão do sistema, que pode resultar em queda da utilidade média, afetando a utilidade marginal. Como os preços regulam a captação de renda via utilidade, o consumidor pode ter ganhos individuais inesperados — o excedente do consumidor — que podem alterar sua posição de renda. Há uma demanda normal — bens em uso generalizado — e uma demanda intempestiva — adjetivo meu — assim como há um universo de demanda individual e de demanda coletiva. O ajuste entre oferta e procura se realiza com defasagens de tempo que são captadas e decodificadas pelos investidores com margens de atraso.

A análise de Marshall se organiza em torno dos negócios que o capital realiza, tomando como referência central a combinação de indústria e comércio e estendendo-se a suas articulações com a agricultura por um lado e com os transportes por outro. Para ele, a educação é o fundamento do progresso, que responde pela elevação tecnológica, no contexto do financiamento controlado pelo capital. A organização é o fundamento da sociedade econômica moderna. Marshall tratou organização como um processo — que envolve a divisão do trabalho — e não como um estado. Vê a organização como motor de uma concentração de indústrias especializadas em localizações escolhidas (Marshall, 1926, cap. XII), que passa a ter efeitos sobre as indústrias específicas pelo modo como elas derivam resultados da combinação de tendências de rendimentos crescentes e decrescentes. Percebe que a concentração surge de causas políticas e institucionais, mas que passa a ter vantagens de escala e de especialização. A parte mais criativa está em registrar que as vantagens — internas e externas — tornam-se determinantes de alterações na composição do sistema produtivo.

O excedente do consumidor é uma vantagem transitória que surge de situações inesperadas. Com sua teoria de excedente do consumidor Marshall

tacitamente assume a irracionalidade do mercado e sua composição de eventos temporários imprevistos que surge de vantagens inesperadas devidas a ajustes entre preços, indiretamente assumindo-se que a formação dos preços em mercado aberto é essencialmente irracional. Dependem do ambiente e de oportunidades, isto é, da conjuntura. O excedente do consumidor variará segundo o progresso da produção industrial. Essa premissa coloca Marshall em oposição ao marginalismo de Menger e lança os fundamentos de uma análise histórica do mercado.

Equilíbrio de oferta e procura

Para Marshall, o equilíbrio é uma situação transitória de ajuste entre manifestações de vontade de compra e reações dos homens de negócio em acionarem os mecanismos de oferta para suprirem essa procura. Schumpeter (1956, pp. 823-5) marca a centralidade da teoria do equilíbrio de oferta e procura na obra de Marshall, ressaltando como esse discurso aparentemente simples encobre uma análise refinada. A leitura de Schumpeter não capta o essencial desse outro discurso marginalista. Ao trabalhar a questão do equilíbrio, Marshall divide o mercado entre transações de procura normal e não normal, onde a chamada empresa representativa tem um papel especial, em que “suas economias internas e externas dependem da mercadoria que produzem” (Marshall, 1926, p. 285). Ocorre que esse conceito de normalidade implica uma composição de mercado em que as distâncias entre o grupo das empresas maiores e o das menores não pode ser maior que a distância entre as maiores e a média do conjunto. Noutras palavras, a normalidade descreve certas condições de dispersão entre empresas inversa ao monopólio.

De fato, a análise formal estática de Marshall revela-se insuficiente para dar curso à análise que ele desenvolve. Tal análise envolve uma distinção de curto e longo prazos e de eventos mais longos e breves, no qual o equilíbrio é sempre uma situação fortuita. O ajuste de procura e oferta acontece em determinados ambientes de mercado, onde se encontram preços de oferta determinados por custos de produção e preços de procura determinados por renda atual e pelo histórico de preços. Nesse ambiente, há uma demanda “normal” e outra não normal, que chamo de intempestiva.⁹ Nesse

⁹ Marshall submete o conceito de normal à experiência de mercado.

ambiente de mercado predominam deslocamentos progressivos dos preços e das quantidades. Segundo Marshall, o equilíbrio é essencialmente transitório ou mesmo incidental. A estabilidade do equilíbrio depende de forças concretas que operam no mercado na esfera das transações normais (Marshall, 1926, p. 287).

No mundo de Marshall os investimentos decorrem de movimentos graduais, afetados por tendências de rendimentos decrescentes e oportunidades de aplicação de recursos. Daí que são induzidos pelas tendências dos ajustes entre oferta e procura no que eles resumem tendências vigentes e contribuem para definir novas tendências. Diremos que esse esquema é logicamente explorado segundo os eventos do curto e do longo prazos se influenciam mutuamente, tomando em conta a relação entre a demanda normal e a intempestiva, no qual o conceito de normalidade está sujeito a revisões. É um sistema guiado por deslocamentos progressivos que são sempre combinações e referências internas e externas, em que se encontram perspectivas de rendimentos crescentes e decrescentes.

Essa análise avança em considerações sobre as características de oferta e demanda no meio rural e no urbano. Marshall vê igualmente na perspectiva de negócios a demanda industrial de terra, que vê como semelhante em todos aspectos à da agricultura (Marshall, 1926, p. 373). A tendência a rendimentos decrescentes na agricultura é uma referência no longo prazo para a elevação dos preços de produtos de consumo generalizado para uma população crescente.

Dimensões setoriais

A questão da agricultura

Tal como Marx, Marshall vê a agricultura como o espaço social em que o capital realiza negócios, onde, portanto, o valor da terra está determinado pelo que ela pode produzir. Assim, o valor da terra depende de tecnologia e dos modos de organizar o trabalho. Na sequência de uma revisão das colocações dos Fisiocratas, de Adam Smith e de Ricardo, Marshall desenvolve um raciocínio sobre tendências em longo prazo que afetam os negócios na agricultura, que é onde se visualiza com maior clareza o efeito de rendimentos decrescentes. A agricultura é como a parede contra a qual se joga a bola de pelota basca. Ela não resolve o problema central de eficiência

do sistema, mas sem ela não há como definir trajetórias para a economia nacional em seu conjunto. Por outro lado, mas ela se torna incompleta sem uma colocação realista do significado da indústria, que se tornou o carro-chefe do sistema produtivo. A agricultura se converte em uma dificuldade procurada.

A tendência a rendimentos decrescentes é uma referência, em longo prazo, para a elevação dos preços dos produtos de consumo generalizado para uma população crescente. Trata-se de colocar a renda diferencial de Ricardo no tempo da exploração das glebas de terra, em que os capitalistas serão atraídos a realizar gastos crescentes para manter níveis de produtividade, mas terminarão por reconhecer que as perdas de recursos demandam despesas que não são cobertas pelos resultados financeiros da produção. Diremos que, logicamente, daí sai um critério seletivo de aplicações de capital na agricultura que tenderão a criar um ambiente dual entre empreendimentos capitalistas rentáveis e a produção agrícola socialmente necessária.

A questão urbana

A questão urbana recebe um tratamento especial, em que se distinguem as influências de diferentes tipos de negócios em cada cidade, ao lado do essencial da moradia das pessoas. A localização de indústrias selecionadas em cidades escolhidas teria efeitos progressivos que alteram as condições dos negócios, ao tempo em que modificam as condições de formação de preços nas cidades. Nas palavras de Marshall, “esta localização elementar de indústrias gradualmente preparou o caminho para muitos dos modernos desenvolvimentos da divisão do trabalho nas artes mecânicas e na tarefa de gerenciamento de negócios” (Marshall, 1926, pp. 222-3). Sobre essa base, entende-se que se formam coletivos urbanos diferenciados, detentores de poder de compra, movimentando uma diversificação da demanda.

O mais importante é que a concentração de indústrias seletivas favorece uma preferência por qualidade na produção e na seleção de produtos, induzindo uma diferenciação qualitativa. Ao contrário de François Perroux (1958), que propôs criar polos de crescimento, a partir de propriedades de certo tipo de indústrias — na prática, a combinação de siderurgia e metalurgia — como uma decisão imperial, Marshall em um movimento por agregação, que aproveita diferenciais de qualidade, que se desenvolveram ao longo do tempo. Enquanto Perroux pensa nas propriedades tecnológicas

da grande indústria, Marshall toma como referência um movimento de qualificação dos trabalhadores.

Ao situar a questão urbana em seus aspectos imediatos, Marshall resalta o papel dos efeitos locais das cidades na criação de sinergias regionais, citando os exemplos das cidades de Flandres e do sul da Inglaterra. A ideia de que as regiões surgem a partir do dinamismo das cidades coincidirá com algumas das mais importantes correntes da análise regional e urbana, que contrastam esses efeitos com os impactos locais de redes internacionais de negócios. Veremos que Marshall também entrou nessa seara, quando explorou as inter-relações entre a combinação de indústria e comércio com as redes de transportes.

A organização industrial e a da economia¹⁰

A organização industrial desmitificada

Para Marshall, a organização industrial é o ambiente ativo da indústria. Indústria é toda atividade transformadora, mas encerra uma experiência desde as formas pré-industriais de produção. A organização propicia aumentos de produtividade, segundo ela cria as condições para um melhor aproveitamento das qualificações dos trabalhadores. Numa perspectiva crítica, seu conceito de organização descreve o estado atual de desenvolvimento da superestrutura e indica as condições de extração de excedente por parte dos capitalistas. Marshall é o principal teórico da indústria, herdeiro das tradições clássicas,¹¹ e, nessa posição, deu uma das maiores contribuições ao pensamento sobre a produção industrial, onde inclusive algumas de suas ideias são erroneamente atribuídas a Schumpeter e a Hicks. Pode-se afirmar que se trata da maior e melhor fundamentada contribuição à análise do sistema produtivo em sua forma de Segunda Revolução Industrial. De fato, a análise estrutural de Marshall contém o germe de uma análise historicamente fundamentada, onde o caráter transitório dos eventos é fundamental.

Marshall representa o que há de mais avançado nos pontos de vista de uma economia oficial, que se formou sobre as bases do colonialismo de

¹⁰ O livro IV dos *Princípios de economia* está dedicado à indústria.

¹¹ Em numerosas passagens Marshall cultiva as contribuições dos Clássicos, especialmente de Adam Smith. Schumpeter destaca semelhanças nos aspectos éticos e no estilo de análise dos dois.

sua época, mas que desenvolveu um discurso socialmente orientado, focalizando no salário real e na mobilidade dos trabalhadores. Começa com uma abordagem sócio-histórica sobre a população e sobre a capacidade e a qualidade do trabalho do operariado industrial. Valoriza os fundamentos culturais da qualificação dos trabalhadores com sua ligação com a qualidade do trabalho artesanal, atribuindo diferentes papéis à educação dos homens de negócios e dos trabalhadores.

Marshall focaliza a relação orgânica entre a produção industrial e o aumento da riqueza, considerando o papel dos hábitos de poupança na formação do capital industrial. Aponta aos motivos e fundamentos culturais da poupança (Marshall, 1926, cap. VII). A organização propriamente dita é o processo social da industrialização e é o fundamento da indústria. Ela teria fundamentos na luta pela sobrevivência e depende de condições sociais e hereditárias que regulam a especialização do trabalho, afetando as possibilidades históricas da divisão do trabalho. O ponto forte da doutrina de Marshall sobre a indústria é sua percepção da concentração industrial como uma convergência de especializações em certas localizações específicas, que podem variar no tempo (Marshall, 1926, cap. X). A questão em causa é a própria especialização, no que ela significa no processo de encaminhamento da produção industrial em seu conjunto. Marshall percebe que a localização se torna um elemento ativo na atração de outras indústrias segundo os padrões de diversificação que se instalam. Complementarmente, a localização deve ser vista segundo sua relação com a formação do consumo.

Marshall trabalha com a relação entre vantagens de escala e condições de organização, avaliando-as em relação com o potencial de expansão do mercado. A organização na produção em larga escala resulta em economias de material e em potencial tecnológico. Surge uma relação entre domínio da maquinaria e desempenho comercial. Em algumas de suas páginas mais famosas, Marshall define uma abordagem da questão da indústria, para cujo entendimento deve-se distinguir entre a produção industrial em seu conjunto e a estruturação atual da indústria com sua capacidade de produção e de engajamento de trabalhadores. Alguns conceitos forjados por ele são essenciais para seu estilo de análise. Destacaremos os de empresa representativa e de demanda normal, que se complementam com os de economias internas e externas. A indústria é, ao mesmo tempo, o principal campo de negócios e o meio como a sociedade gera espe-

cialização do capital e do trabalho. Neste ponto, vale a pena reproduzir algumas de suas frases:

Muitas daquelas economias no uso de habilidades especializadas e de maquinaria que são comumente olhadas como pertencentes aos grandes estabelecimentos não dependem do tamanho das fábricas. Algumas dependem do volume agregado de produção e de sua vizinhança, enquanto outras. . . dependem do volume agregado de produção no mundo civilizado. E aqui introduzo dois termos técnicos. Podemos dividir as economias surgidas do aumento na escala de produção de qualquer tipo de bens em duas classes, primeiro aquelas que dependem do desenvolvimento geral da indústria; e segundo, aquelas que dependem das empresas específicas envolvidas, por sua organização e pela eficiência de sua gerência. Chamaremos as primeiras de economias externas e as últimas de economias internas (Marshall, 1926, pp. 221-2).

A partir daí, o dinamismo do sistema dependerá da capacidade das indústrias para internalizarem economias sistema em seu conjunto.

A questão do monopólio

O monopólio aparece como uma tendência do grande capital. Marshall registra o trabalho pioneiro de Hobson sobre esse tema. Seu papel no sistema produtivo e na sociedade deve ser avaliado mediante uma comparação de sua eficiência com os benefícios e resultados negativos que traz para a sociedade. Marshall oferece uma análise teórica dos monopólios em que se comparam os ganhos de renda do capital monopolista com seus efeitos em emprego e renda, na distribuição em geral e na formação da renda dos trabalhadores.

Indústria e comércio

A progressão combinada de indústria e comércio

Deve-se ver *Indústria e comércio* como uma obra colateral tardia em relação com os *Princípios de economia*, em que Marshall explorou a estruturação, os enraizamentos e os desdobramentos da produção industrial no

mundo do capitalismo moderno. Nessa obra, publicada em 1919, focaliza na organização dos negócios, com algumas previsões quase proféticas sobre os desenvolvimentos do mundo do capitalismo de hoje. No encaminhamento dessa análise, compara a experiência inglesa com a alemã, francesa e a norte-americana, desenvolvendo uma avaliação crítica do papel dos monopólios ante as possibilidades de expansão dos mercados nacionais. O essencial desse extenso livro de Marshall (754 páginas) é que focaliza nas inter-relações entre comércio e indústria, destacando o papel do comércio em desenvolver relações de complementaridade entre indústrias, desse modo estabelecendo uma abordagem que contraria correntes posteriores que trabalharam sobre a oposição entre esses setores.¹² Tal cooperação se formou ao longo da história da economia, desde a Idade Média e com passagem pelo período Mercantilismo. A tese central é que a indústria irriga o comércio e modifica seus padrões de funcionamento.

Focaliza nas condições de cooperação nas indústrias e avalia o desenvolvimento industrial em termos das condições de vida dos trabalhadores. Rejeita Marx mas representa a corrente dos chamados Socialistas Fabianos, que tiveram um importante papel nas propostas sociais da Inglaterra. A visão de Marshall sobre os monopólios se forma a partir de uma extensa e minuciosa avaliação da consistência dos ganhos de monopólio e de seus efeitos sociais. Entende que a maior parte dos monopólios são condicionais e que somente em alguns poucos casos é possível extrair os lucros potenciais apontados por essa situação. Sua análise leva a preferir sempre alternativas de funcionamento compatíveis com a realidade do mercado.

Em *Indústria e comércio* afirmam-se com mais força as características de uma análise prática da economia a serviço do grande poder econômico e político, cujo empirismo configura um estilo de abordagem completamente diferente do caminho seguido pela corrente neoclássica. Segundo Marshall, a indústria arrasta o comércio em geral e especial o comércio internacional. Marshall trabalha a partir de vantagens individuais iniciais que podem alimentar modificações na pauta do comércio entre as nações, pelo que elas induzem mudanças na composição das transações. O comércio internacional

12 A suposição que o desenvolvimento se alcança mediante um fortalecimento da indústria que se sobrepõe a uma decadência da agricultura tornou-se um tabu que não consulta a industrialização da agricultura nem o controle financeiro da biotecnologia. O foco nas interações entre os setores tem maior potencial para trabalhar sobre os processos do desenvolvimento dos sistemas produtivos.

é essencialmente plural, o que põe a análise marshalliana em rota direta de colisão com ferramentas neoclássicas tais como o modelo Hecksher-Olin ou com as posteriores e repetitivas armações de Samuelson. Mas os incrementos no comércio não necessariamente se sustentam, dependendo de seus efeitos na mobilização interna de capital e de trabalho. O essencial é a comparação do valor do que se exporta com o que se importa, onde a própria operação internacional vai alterar o valor interno dos bens transacionados. Assim, há ganhos *prima facie* e ganhos na organicidade do sistema.

Marshall avança na argumentação de que as economias mais diversificadas acumulam mais vantagens de comércio e passam mais ganhos aos demais.¹³ A interação entre economias em diferentes situações de desenvolvimento virá através do comércio, que terá de ser analisado como um campo de conflitos e ajustes onde se realizam transações normais — na linguagem de Marshall — e transações que chamaremos de intempestivas, que são aquelas que podem carregar a inovação do sistema. Observe-se que em Marshall a renovação tecnológica está ligada a condições estruturais e não a situações subjetivas como em Schumpeter.

A mobilidade do capital e do trabalho entre países ou regiões será um fator de enriquecimento e a letargia desses fatores (Marshall, 1926, p. 25) será um fator de atraso. O novo e o velho se alternam na história contemporânea, segundo os países e as comunidades são incorporados no modo industrial de aproveitar recursos ou como são de movimentos inovadores (Marshall, 1926, p. 98)¹⁴ que são parte de movimentos orgânicos do sistema e não de habilidades individuais incidentais. No entanto, isso pode ser positivo do comércio que encontra restrições reais quando a exportação de bens tecnologicamente simples não se estende a estruturas industriais menos diversificadas, que são tecnicamente incapazes (Marshall, 1926, p. 26). Daí que o comércio tenderá a progredir entre nações tecnologicamente comparáveis. O comércio de matérias-primas pode oferecer vantagens iniciais mas não tem como aprofundar.

13 Essa aparente generalidade foi tomada por Prebisch como uma característica do Império Britânico, cujo grande coeficiente de exportações contrastava com a pequena abertura da economia norte-americana pelo que a substituição da influência inglesa pela norte-americana aumentou a vulnerabilidade externa das economias latino-americanas.

14 Cabe aqui transcrever um parágrafo profético de Marshall: “Outra vez, um país que tem sido visto como velho pode tornar-se novo de repente, pois o corpo de seu povo pode despertar para os atrativos dos métodos industriais modernos e aplicá-los energicamente aos seus grandes recursos naturais que estavam dormentes até então. O Japão tornou-se novo neste sentido nesta geração. Índia, China, Sibéria e mesmo Brasil podem tornar-se novos quando esta geração houver passado (1920!!!)”.

Nesse contexto, colocam-se os custos de transportes que influem na definição da esfera de influência dos países, nos quais as reduções de custos operacionais correspondem a um alargamento do horizonte dos negócios. Por esse mecanismo, acentuam-se *vantagens diferenciais* que revertem em desenvolvimento da capacidade de exportar, comparadas com *vantagens plenas*, que abrangem todos os elementos da capacidade de realizar negócios. Marshall distingue *influência diferencial* e *influência plena*. Ambas se veem nos custos terminais das transações (Marshall, 1926, p. 31).

Com esse critério, Marshall vai rever a questão agrícola em função da estrutura de financiamento da produção. Melhores condições de financiamento explicam a tendência a que esse setor opere mediante grandes propriedades que são aquelas em melhores condições de trabalhar com financiamento moderno. A mola propulsora do comércio é o financiamento, valendo citar (Marshall, 1926, p. 46):

[. . .] o Banco da Inglaterra já era o centro de financiamento estável e o sistema escocês com sua combinação de economia e eficiência se apoia no suporte inglês para seu comércio internacional. Esse fato fez a unidade dos dois países mais forte que parece ser na superfície; e isso foi junto com a segurança interna e externa, ambas derivadas da força do exército e da marinha britânica.

O papel dos recursos naturais muda no processo segundo seu poder de atração acompanha a evolução do complexo de indústria e comércio: “Capital e trabalho perderam o poder que tiveram de atrair matérias-primas. São elas agora que atraem capital e trabalho” (Marshall, 1926, p. 113).

A elasticidade é uma medida da sensibilidade a preços que só se concretiza em tempo real. Tratá-la em condições separadas do tempo é um falseamento que não enriquece a análise.

A capacidade e resposta da demanda a mudanças em preços que às vezes é chamada de elasticidade é um processo gradual e em parte por isso a diminuição dos custos das manufaturas corresponde a um alargamento na escala de operações que é gradual e às vezes incerto (Marshall, 1926, p. 131).

Standartização e escala de produção

A standartização generalizada da produção industrializada norte-americana, avança a par e passo com a ampliação do mercado interno. Segundo suas palavras, standartização e aumento de escala regulam o movimento de maquinização da produção, com ganhos econômicos terminais, mas com perdas em qualificação do trabalho no processo em seu conjunto que revertem em contradição do próprio processo de mecanização. Marshall é consciente das diversas implicações da standartização em termos das interdependências das escalas de diferentes ramos da indústria. A generalização dos processos de standartização tem inspiração no esforço bélico, mas tem efeitos sobre o modo como o sistema industrial se organiza para se expandir. Assim, será o estilo norte-americano se imporá nesse modo de apropriação de tecnologia. Esse processo será acelerado pela combinação de homogeneização de matérias-primas e vantagens dos meios de transportes e comunicações.

A crescente dependência financeira da inovação

Na visão de Marshall, a capacidade de inovar depende, por um lado, em ter a capacidade de reter a memória da experiência incorporada na produção e, por outro lado, de dispor de financiamento adequado e oportuno para o desenvolvimento dos negócios. A capacidade de inovar está estreitamente ligada ao modo reflexivo de processar a memória de processos de trabalho e de uma competência socialmente incorporada. A inovação pode ser individualmente realizada, mas depende de uma atividade social. Assim, é um processo que se desenvolve junto com o estilo de desenvolvimento da indústria. A inovação é parte do processo de trabalho e é preparada pelos erros e acertos e, principalmente, pela capacidade de comparar experiências.

Uma gerência científica dos negócios e a indústria

O desenvolvimento do sistema produtivo se faz mediante a expansão do sistema industrial, em um movimento que tornou necessárias abordagens e procedimentos que explorem até suas últimas consequências os princípios

de racionalidade compatíveis com a elevação tecnológica e o correspondente desenvolvimento do trabalho qualificado. A noção de trabalho qualificado é fundamental na construção analítica de Marshall, que se volta para a capacidade de autorregeneração da produção industrial. A produção industrial é a principal referência dessa abordagem, mas é preciso ter claro que o capital se move mediante a realização de negócios, que envolve a aplicação de capital nos diversos setores da economia. O foco em negócios funde as figuras do empreendedor e do industrial na do homem de negócios e define a representação do capital como integradora das forças produtivas.

Em 1919, Marshall publicou *Industry and trade* que ainda não foi traduzido para o português e onde se concentram suas ideias sobre a análise industrial do processo econômico e de suas implicações no desenvolvimento do que chamou de *scientific management*. É uma abordagem essencialmente microeconômica que valoriza uma combinação de experiência e iniciativa, contrapondo-se às tendências autoritárias do capital nos negócios. Reconhece como antecessor um certo Babbage e propõe um sentido razoável de trabalho, no qual identifica padrões de eficiência habitual com salários-padrão. Por gerência científica, Marshall considera a contabilidade de custos, o controle do desperdício e todas as medidas que melhoram a adequação do trabalho à maquinaria e que passam ao planejamento da maquinaria para adequá-la ao processo de trabalho. A eficiência da maquinaria deve ser aferida à luz das condições de organização do trabalho. Em suas palavras:

gerência científica no essencial é um método de redistribuir e reorganizar funções e as relações mútuas do pessoal em um grande negócio, com o propósito de aumentar a eficiência agregada estreitando as faixas de responsabilidade da maioria dos empregados e trazendo estudos cuidadosos a incorporar em instruções a serem dadas até as operações manuais mais simples (Marshall, 1926, p. 239).

Na visão prática de Marshall, a administração depende do que se administra e corresponde a uma compreensão das relações sociais que constituem a economia. Marshall certamente é o pioneiro de uma teorização de uma administração “científica” dos negócios, significando com isso uma abordagem racional sistemática do conjunto de operações estabelecidas e de novos tipos de operação. O fundamental para ele é o planejamento

que enquadra os negócios no espaço-tempo das operações e que distingue as condições de maturidade dos negócios. Nessa abordagem, procura combinar funções em vez de linhas de mando e qualifica os cargos de chefia como de guias técnicos, criando condições para um trabalho contínuo e para desenvolver a capacidade de lidar com situações novas. O que denomina de administração científica é uma racionalidade sistemática que expurga práticas personalistas. Recorre à experiência acumulada em formas de produção anteriores e inclusive aos sistemas de comando das forças armadas, com o objetivo de combinar a regularidade dos modos de operar com a capacidade de lidar com o inesperado. Para ele, na realidade, o problema técnico nunca é somente técnico e pertence a uma esfera de planejamento que envolve a escolha da atividade e as decisões sobre o capital.

A gerência ou gestão científica compara eficiência com intensidade de trabalho, pautando-se por condições adequadas de trabalho e observações sistemáticas sobre as operações em curso. A conexão entre o trabalho de planejar operacional e as condições concretas de realização de tarefas manuais deve ser um foco de atenção constante. Se a seleção de indústrias tecnicamente convergentes cria novas opções de negócios terá de ser conduzida com critérios capazes de captar as vantagens internacionais dos negócios. As concentrações locais são indicativas de articulações internacionais e não podem ser separadas das ramificações internacionais dos negócios.

Esse estilo de trabalho contempla padrões relativos e padrões absolutos de eficiência, em que o critério de relativização é válido para julgar situações essencialmente transitórias. Se as reações no sistema são graduais não há porque estabelecer regras fixas nas relações de trabalho. Os deslocamentos do sistema não são iguais uns aos outros porque decorrem de diferentes combinações de situações consideradas como normais e situações atípicas. É uma sequência do conceito de procura normal e não normal, que qualifiquei como intempestiva, que indica um sistema econômico que pode estar em equilíbrio temporário ou incidental, mas que está sujeito hoje a processos do longo prazo. Normal vem a ser, ao mesmo tempo, o que representa o modo atual de eficiência e o que é repetitivo. O modo de progredir é se distanciar dessa normalidade.

A transferência desses conceitos microeconômicos para um nível macroeconômico envolve incertezas e riscos que não podem ser resolvidos no plano de empresas. Fica, portanto, por esclarecer o perfil histórico e operacional do Estado.

Novas posições de países em desenvolvimento

A preferência pela análise voltada para a prática traduz-se, necessariamente, em historicidade do processo da análise. Considerando como as oportunidades de expansão econômica estarão ligadas à disponibilidade de recursos e condições de ampliação de mercado, Marshall adiantou conceitos surpreendentes sobre países que poderiam chegar a desempenhar papel mundialmente relevante. O conceito de nacionalidade está ligado aos de tradição e de coesão social.

Sua visão do mundo internacional chegou a ser profética, como se vê do texto a seguir:

Outra vez, um país que tem sido visto como velho pode tornar-se novo de repente, pois o corpo de seu povo pode despertar para os atrativos dos métodos industriais modernos e aplicá-los energicamente aos seus recursos naturais que estavam dormentes até agora. **O Japão tornou-se novo neste sentido nesta geração. Índia, China, Sibéria e mesmo Brasil com recursos naturais muito maiores podem tornar-se novos quando esta geração houver passado** (Marshall, 1926, p. 98).

A distribuição, as rendas do trabalho e as do capital

A teoria econômica burguesa sempre teve grande dificuldade em perceber a distribuição como um problema da estruturação social e tratou de reduzi-lo a termos individuais, representados pelo coeficiente de Gini. O debate social e histórico da distribuição teve acolhida como contraponto da teoria do desenvolvimento (Pedrão, 1959; Pinto, 1968), representando uma ruptura com a abordagem individual da renda e tomando os salários como remunerações de classe e não de pessoas isoladas. O desmonte da abstração keynesiana do consumo foi consagrado alguns anos depois por Hicks no próprio campo conservador: “Para que se possa esperar razoavelmente que a função consumo permaneça estável é preciso que ela seja mensurável em unidades de salário” (1974, p. 17). Com essas referências, o tratamento dado por Marshall à distribuição ganha um interesse especial. Parte do ambiente de “eficiência normal” em relação com a qual as remunerações dos diversos grupos são dispersões mensuráveis como desvios.

Supõe-se que todos os trabalhadores estão incorporados no mesmo sistema, que não há ruptura entre os maiores e menores salários.

Marshall vê sua contribuição à teoria da distribuição como um refinamento da teoria de Ricardo, passando por alto a contradição entre a distribuição como consequência da apropriação do excedente pelos capitalistas e a distribuição como uma regra operacional de divisão do produto de hoje. Trata da distribuição em todo o livro VI dos *Princípios* (Marshall, 1967, pp. 418-601), começando por situar historicamente o tema no contexto do sistema de produção tal como ele se desenvolveu desde a Idade Média, considerando como a situação de distribuição está regulada pelas condições específicas em que participam os diferentes trabalhadores e os diversos homens de negócio. Distingue o que chama de eficiência normal, que seria aquela que não acarreta novos custos indiretos. Segue-se uma teoria da distribuição que liga a remuneração dos fatores à sua eficiência marginal, a qual, por sua vez, se define a partir do montante de cada um dos fatores. Produção e consumo andam juntos, mas o modo como a produção responde à demanda define a disponibilidade futura de capital e trabalho engajado nessa produção, portanto, a remuneração dos fatores envolvidos.

A questão geral da distribuição é a principal ligação entre a abordagem microeconômica inicial de Marshall e a construção de uma macroeconomia de base clássica, apoiada em restrições da renda fundiária e da renda dos trabalhadores. O ponto de partida é a capacidade dos trabalhadores de gerarem um excedente de valor, que deve ser confrontado com os modos de consumo. Esse raciocínio começa pela agricultura, seguindo a tradição — dos Fisiocratas a Mill —, mas muda de rumo quando desloca a distribuição para a questão da captação de excedente na sociedade industrial. Essa guinada se vê em dois pequenos trechos que vale reproduzir:

Se uma nova invenção dobra a eficiência do trabalho em qualquer negócio é que um homem faz mais produtos sem mais equipamento, pelo que o valor destas coisas cai pela metade. A demanda efetiva pelo trabalho de cada um aumentará e a parte de cada trabalhador será um pouco maior que antes (Marshall, 1967, p. 424).

A distribuição será um problema da economia industrial. Será, portanto, considerar os dois aspectos de geração de excedente e de controle da produtividade. Não estamos muito longe da teoria da mais-valia relativa,

exceto porque a teoria da exploração é substituída por uma confusa e contraditória teoria de cooperação.

Segundo Marshall, as rendas dos trabalhadores estão regidas pelas características ambiente do mercado no qual prevalecem as diferenças entre as condições atuais de qualificação dos trabalhadores e seu acesso a ambientes em que sejam qualificados em seus locais de trabalho. Haverá padrões normais de remuneração correspondendo a padrões normais de eficiência. Mas eles serão afetados pelas restrições de renda da agricultura e pelas tendências dos aumentos de produtividade da indústria. O mercado de trabalho como tal é afetado pela demora em dispor de trabalhadores com as qualificações necessárias para a reprodução do capital.

Segundo nosso autor, a remuneração dos trabalhadores é um problema que deve ser tratado em perspectiva do processo da economia, portanto, acompanhando as transformações do sistema produtivo. Marshall parte da relação entre salário real e nominal, colocando o condicionamento do poder de compra frente àquelas despesas necessárias à sustentação da classe trabalhadora no contexto da oferta e da demanda de trabalhadores pelo sistema produtivo. A remuneração dos trabalhadores irá variar segundo suas qualificações se ajustem aos requisitos técnicos da evolução dos negócios e isso representa uma carga de custos de educação no salário real disponível das famílias dos trabalhadores.

Marshall entra em contradição entre ressaltar a criação de empregos pelo capital e as restrições aos ganhos dos trabalhadores, que ficam à mercê das opções de investimento dos capitalistas. A noção de renda real dos trabalhadores inclui sua disponibilidade e seus modos de uso de tempo de lazer e sua capacidade de conduzir seus próprios objetivos de mobilidade e ascensão social.

Progresso e condições de vida

A última parte dos *Princípios de economia* é devotada a uma análise crítica do significado do progresso econômico nas condições de vida das pessoas (Marshall, 1967, pp. 574 a 601). A noção de condições de vida envolve um conjunto de variáveis que relacionam condições de consumo essencial com oportunidades de progresso individual e ambiente de trabalho. Assim, é algo muito mais complexo que padrões de consumo e de esforço dos trabalhadores, aí incluído seu uso de lazer. Por essas razões,

Marshall se coloca a favor de uma redução da jornada de trabalho. Como a qualificação é essencial, é preciso dar aos trabalhadores oportunidades para que seu trabalho seja uma fonte de independência e aumentar sua capacidade para decidir sobre seus próprios aumentos de renda. Segundo Marshall, os resultados sociais do progresso devem ser medidos por meio da distribuição da renda que, de fato, é um processo em que há posições móveis dos diversos capitalistas e dos diversos trabalhadores. Nesse processo, os rendimentos dos trabalhadores devem ser atualizados por seu poder de compra atual e seu potencial de crescimento.

Referências

- BÖHM-BAWERK, E. V. *Capital e interés*. México: Fondo de Cultura Económica, 1984 [1884].
- . *Teoria positiva do capital*. 2 vol. São Paulo: Abril Cultural, 1986.
- DOBB, M. *Theories of value and distribution since Adam Smith*. Cambridge: Cambridge University Press, 1973.
- HICKS, J. *La crisis de la economía keynesiana*, Barcelona: Labor, 1976.
- JAMES, E. *Historia del pensamiento económico en el siglo XX*. México: Fondo de Cultura Económica, 1974.
- JEVONS, W. S. *The theory of political economy*. Londres: Penguin, 1970 [1871].
- KEYNES, J. M. *The general theory of employment, interest and money*. Londres: Macmillan, 1966.
- KEYNES, J. N. *Scope and method in political economy*. Nova York: Augustus Kelley, 1965.
- KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1972.
- MANNHEIM, K. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982 [1929].
- Marshall, A. *Principles of economics*. Londres: Macmillan, 1967.
- . *Industry and trade*. Londres: Macmillan, 1926.
- MENGER, K. *Princípios de economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MILL, J. S. *Principles of political economy*. Londres: Penguin, 1970.
- MORGENSTERN, O. *On the accuracy of economic observations*. Princeton: Princeton University Press, 1963.
- RIMA, I. *História do pensamento econômico*. São Paulo: Atlas, 1990.

ROBINSON, J. *Ensayos de economía pós-keynesiana*, México: Fondo de Cultura Económica, 1959.

ROBINSON, J. *Notes on Marx and Marshall*. Collected Economic Papers. Oxford: Basil Blackwell, 1961, vol. 2.

SCHUMPETER, J. *History of economic analysis*. Nova York: Oxford Press, 1966.

SHACKLE, G.L.S. *The years of high theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.